RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: UMA EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DO CONHECIMENTO DO PORTAL EAD/STJ

Brasília-DF- 6/2015

Maria Isabel Frantz Ramos – Superior Tribunal de Justiça – frantz@stj.jus.br

Classe Experiência Inovadora: Estudo de caso

Setor Educacional: Educação Corporativa

Nível Meso: Inovação e Mudança

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar quatro ações educacionais de acesso livre presentes no Portal EaD do Superior Tribunal de Justiça (STJ), situando-as como práticas de gestão do conhecimento. Os projetos ***Janelas do Conhecimento, Eadicas de Português, Eadicas Saúde Financeira*** *e* ***Podcast E-Café*** *são tratados como Recursos Educacionais Abertos (REA) que, alinhados com o valor institucional de aprendizagem contínua, contribuem para um maior aproveitamento da plataforma Moodle nas ações de educação a distância.*

Palavras chave: acesso livre; recursos educacionais abertos; REA; gestão do conhecimento.

1- Preceitos da Educação Corporativa no STJ

As organizações necessitam cada vez mais de um corpo funcional comprometido e plenamente engajado na execução das ações propostas, o que requer das pessoas contínuo desenvolvimento de competências presentes e futuras relacionadas ao exercício e à atuação profissional de forma mais ampla. Por essa razão, o modelo de Educação Corporativa adotado no STJ prevê a estruturação de processos de aprendizagem com a finalidade de alcançar uma atuação profissional mais efetiva e a consecução das estratégias organizacionais.

O Planejamento Estratégico (PE) STJ 2020, elaborado conforme a orientação do Conselho Nacional de Justiça constante da Resolução n. 198, de 16 de junho de 2014, e alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, define o valor institucional da *aprendizagem contínua* como a capacidade de "assumir a responsabilidade de se desenvolver continuamente, de forma a contribuir para o crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho organizacional."

Nesse contexto, as ações de educação a distância (EaD) desenvolvidas no Tribunal atendem aos pressupostos da educação corporativa, pois representam uma metodologia alternativa para o desenvolvimento de competências necessárias hoje e no futuro, bem como auxiliam o comprometimento das pessoas com o valor da aprendizagem contínua. Além disso, são desenvolvidas e conduzidas pelos próprios servidores da Casa como forma de valorização do capital intelectual existente, adequação à realidade interna e gestão do conhecimento.

2- O Portal EaD do STJ e a gestão do conhecimento

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) apóia a consecução do PE com a condução do objetivo estratégico *aprimorar competências***,** que se destina a qualificar os servidores segundo a gestão de competências e do conhecimento para a melhoria do desempenho de suas atribuições.

Para cumprir esse objetivo estratégico, a SGP investe massivamente nas ações de treinamento, desenvolvimento e educação no STJ, discriminadas em seu Plano de Ações de Capacitação (PAC). São realizados cursos presen-

ciais – internos e externos –, custeio de cursos de pós-graduação e, desde 2010, criou-se uma unidade organizacional para promover, internamente, os cursos na modalidade a distância.

A Seção de Educação a Distância (SEADI) adota a plataforma Moodle como ambiente virtual de aprendizagem. A distribuição dos recursos educacionais é garantida a partir de suporte tecnológico que permite a disponibilidade do Portal de EaD/STJ na internet, monitoramento da capacidade do servidor, qualidade de transmissão de dados, entre outros.

Um dos pontos fortes do Moodle é a possibilidade de compartilhamento de cursos completos ou apenas das atividades ou recursos isoladamente. E por ser muito utilizado, principalmente pelos órgãos públicos brasileiros, e mais especificamente do Poder Judiciário, esta característica permite a multiplicação do conhecimento entre parceiros da área com maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Para Batista (2012), a gestão do conhecimento na administração pública brasileira pode ser compreendida como:

> (...) um método integrado de criar, compartilhar e aplicar o conhecimento para aumentar a eficiência; melhorar a qualidade e a efetividade social; e contribuir para a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade na administração pública e para o desenvolvimento brasileiro.

Nessa perspectiva, as ações educacionais na modalidade a distância disponibilizadas no Portal EaD/STJ contribuem para a gestão de conhecimento na Casa, pois são desenvolvidas internamente por servidores cadastrados em seu Banco de Talentos, ou compartilham conhecimento desenvolvido por outros órgãos da administração pública.

Destacam-se três tipos de atividades desenvolvidas por intermédio do Portal EaD/STJ:

A) Comunidades virtuais para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância, cujos recursos viabilizam trocas de informações entre tutores, conteudistas, desenhistas instrucionais e desenhistas de interface ead, bem como o registro do conhecimento resultante.

B) Oferta de cursos a distância no STJ, sejam desenvolvidos internamente, sejam oriundos de instituições parceiras por intermédio do termo de cooperação TC 16 2013 STF e STJ.

C) Oferta de ações educacionais de livre acesso, objeto do presente trabalho e que serão detalhadas no item 4.

3- O movimento Acesso Livre e o contexto dos Recursos Educacionais Abertos

Em 2002, um encontro realizado na Hungria gerou o *Budapeste Open Acess Initiative* (BOAI), uma iniciativa que preconizava a livre divulgação de artigos científicos de todas as áreas do conhecimento. Em 2003, a *Declaração de Berlin sobre o Livre Acesso ao Conhecimento* corroborou a tendência mundial à disseminação ampla e irrestrita do conhecimento, principalmente aquele produzido com recursos públicos:

> Nossa missão de disseminação do conhecimento estará apenas pela metade se a informação não estiver amplamente e realmente disponível para a sociedade. Novas possiblidades de disseminação do conhecimento, não apenas por meio da forma clássica, mas também incrementadas por meio do acesso livre via Web, têm de ser encorajadas.

Resultante do movimento de acesso livre, atualmente existem no mundo diversos repositórios digitais que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual. Segundo Litto (2010),

> Um “repositório” é um site na web com conteúdos digitais úteis para a aprendizagem formal ou não formal, com mídias como textos, imagens estáticas (mapas, gráficos, desenhos ou fotografias) ou animadas (vídeos, filmes), arquivos de som, e objetos de aprendizagem. Alguns repositórios são essencialmente institucionais, para dar apoio a seus próprios cursos a distância ou presenciais; outros são multi-institucionais, focalizando determinada área do conhecimento humano, ou material de valor educativo em determinada mídia.

O STJ contribui para os repositórios nacionais com a BDJur – Biblioteca Digital Jurídica, que consiste em uma rede de informações digitais do Poder Judiciário brasileiro. O repositório contém atos normativos do STJ, boletins de serviço, documentos jurídicos, jornais, livros e revistas digitais, memória institucional, museu digital, produção acadêmica dos servidores, a maioria dos documentos com acesso livre.

Müller (2012) argumenta que, na mesma linha filosófica do acesso livre, o *Movimento dos Recursos Educacionais Abertos* (REA) tem como diretriz compartilhar, livre e gratuitamente, materiais digitalizados para educadores,

pesquisadores, estudantes e auto aprendizes, constituindo importante tendência de apoio à inovação em educação e amplo acesso ao conhecimento.

Outra definição de REA, proposta pela UNESCO/Commonwealth of Learning (2011) e adotada pelo Projeto REA.br, ressalta a característica desses materiais serem licenciados de maneira aberta e permitirem o uso e a adaptação por terceiros:

> Recursos Educacionais Abertos são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento.

No Portal EaD/STJ, algumas ações educacionais podem ser enquadradas como REA, pois favorecem o compartilhamento de conhecimentos gerados na instituição, apresentam tipologia de documentos e conteúdo heterogêneo, possuem licença Creative Commons e estão, em sua maioria, organizadas na forma de repositórios digitais de acesso livre.

4- Recursos Educacionais Abertos do Portal EaD/STJ

Desde 2013, o Portal de EaD/STJ oferece ações educacionais que dispensam identificação de usuário ou senha, não envolvem atividades avaliativas e podem ser acessadas tanto pelo público interno quanto externo do Tribunal por intermédio da internet (fig.1). Os projetos são coordenados pela SEADI e desenvolvidos em caráter colaborativo voluntário por servidores, aproveitando conhecimentos e expertises existentes na instituição. Além disso, os conteúdos podem ser compartilhados e adaptados por terceiros segundo licença Creative Commons.

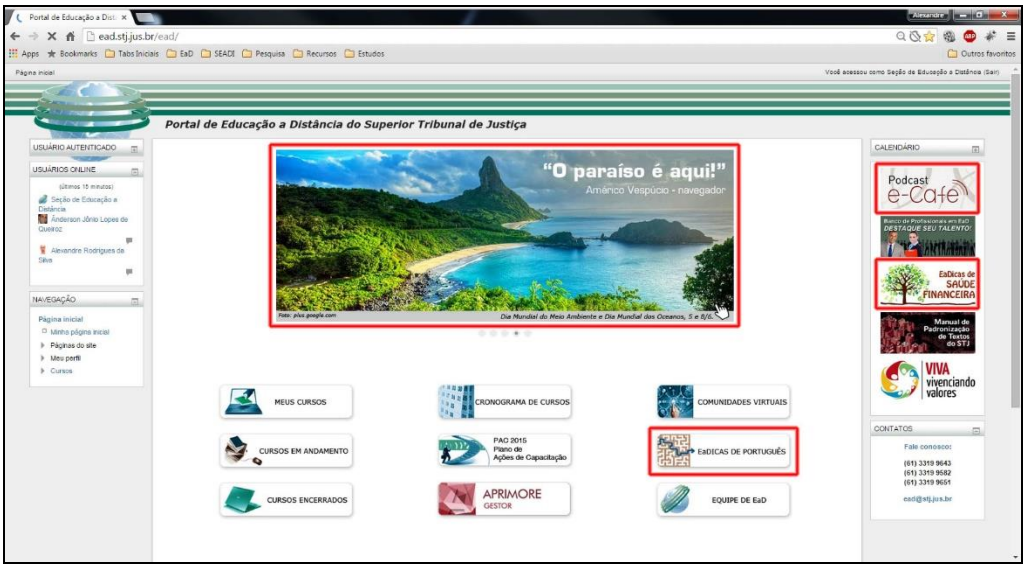

Figura 1: Página do Portal EaD/STJ, na qual estão localizados os links para as ações de acesso livre.

Cada projeto possui o seu repositório digital no qual as edições anteriores podem ser acessadas através do Portal EaD/STJ, à exceção do *Janelas do Conhecimento* cujo repositório está em vias de desenvolvimento.

Os conteúdos abordados estão previstos no PAC 2015, pois contribuem para o desenvolvimento de competência Funcional Geral necessária a todos os servidores do Tribunal, independentemente de cargo ou lotação, de forma a apoiar as atividades desenvolvidas no STJ. A tabela 1 apresenta o total de acessos acumulados desde a primeira ação educacional de acesso livre, considerando usuários internos e externos do Portal EaD/STJ.

AÇÃO EDUCACIONAL DE ACESSO LIVRE	**ANO**			
	2013	**2014**	**2015**	**Total de Acessos**
Janelas do Conhecimento	347	1653	723	2723
EaDicas de Português	3384	5811	187	9382
EaDicas de Saúde Financeira	-	1097	-	1097
Podcast e-Café	-	-	448	448
TOTAL				**13650**

Tabela 1: Total de acessos por ação educacional de acesso livre.

4.1- Janelas do Conhecimento

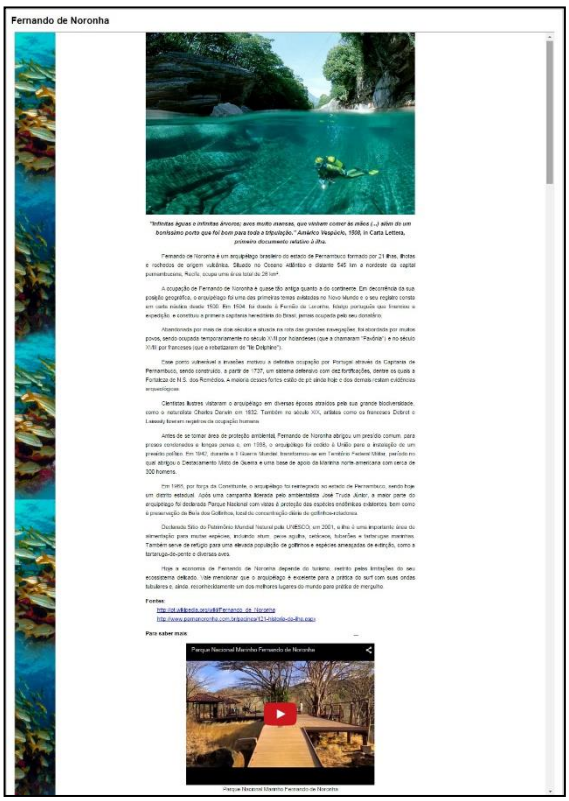

Figura 2: Segunda página do projeto Janelas do Conhecimento.

Disponível desde 2013, o projeto tem por objetivo celebrar datas históricas e homenagear personalidades de destaque nas áreas de educação e cultura, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento de conhecimentos gerais dos participantes.

Cada edição é composta por uma imagem com epígrafe, localizada na primeira página do Portal, que funciona como um *link*. Ao clicar na imagem, o usuário é direcionado a uma segunda página na qual encontra um conjunto de informações acerca do tema – fotografias, textos informativos, vídeos, frases e *links* para aprofundamento (fig. 2). As informações são fruto de pesquisa realizada pela SEADI e utilizam serviços de informação disponíveis na internet. O texto final é redigido e assinado por jornalista servidora da Casa.

O projeto tem periodicidade quinzenal e até junho de 2015 acumulou 30 edições, razão pela qual está sendo desenvolvido o seu repositório digital, o *Baú de Banners*, igualmente com o auxílio de técnicos especializados do STJ.

4.2- Eadicas de Português

O projeto EaDicas de Português, disponível no Portal EaD desde junho de 2013 (fig. 3), fundamenta-se em experiências anteriores tanto do STJ quanto de outros órgãos públicos.

Os conteudistas do projeto, todos colaboradores voluntários, são servidores que atuam como revisores de português no STJ. Os temas são escolhidos de duas formas: a) indicação dos conteudistas que, como revisores de português do Tribunal, conhecem as dúvidas mais frequentes dos servidores no

exercício de suas atribuições de trabalho; b) Sugestões dos próprios servidores que opinaram em uma pesquisa realizada ao final de 2013.

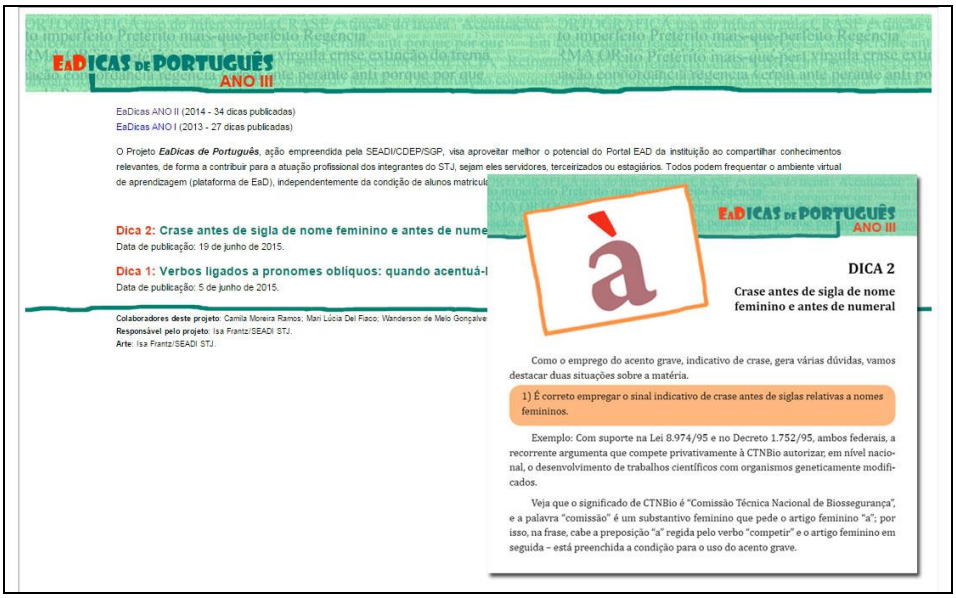

Figura 3: Repositório do Projeto Eadicas de Português e destaque de uma das suas edições.

A iniciativa busca, com textos sucintos e objetivos, desenvolver habilidades dos servidores do Tribunal referentes ao uso previsível e eficiente da língua no exercício de suas funções, de modo que se comuniquem por escrito e verbalmente observando a norma culta do português brasileiro.

Desde novembro de 2013, com a inserção do *link* de acesso ao Portal EaD na página do STJ na internet, o projeto teve o seu público alvo ampliado e passou a atender, além dos servidores da Casa, também os usuários externos. Além disso, as dicas começaram a ser publicadas na página do STJ no Facebook em maio de 2014 e alcançaram grande repercussão, com elevado número de "curtidas" e compartilhamentos.

4.3- EaDicas de Saúde Financeira

Em formato semelhante ao EaDicas de Português (fig.4), o projeto EaDicas de Saúde Financeira e acumulou treze edições publicadas quinzenalmente ao longo do ano de 2014. O objetivo do projeto foi oferecer auxílio aos interessados para melhor administração de suas finanças, visando equilibrar o orçamento mensal e contribuir para a concretização de possíveis sonhos.

4.4- Podcast e-Café

O projeto Podcast e-Café, lançado em 2015 e com periodicidade mensal, auxilia na expansão e fixação do conteúdo de um determinado curso, podendo atingir também aqueles que não estavam inscritos, colaborando para a disseminação do conhecimento. O podcast é um programa de áudio pré-gravado e publicado na internet para que o usuário possa ouvi-lo online ou baixar o arquivo e colocá-lo em um aparelho portátil, como tablet ou celular.

A proposta do projeto é instigar um debate entre os participantes a partir das experiências dos cursos a distância do STJ.

Figura 4: Repositório do Projeto Podcast e-Café e destaque de uma das suas edições.

Em termos de linguagem, o Podcast deve ser espontâneo, com uma linguagem leve, porém seguindo um roteiro pré-determinado para não colocar em risco a objetividade. Outra característica do Podcast é a concisão - considera-se que 5 a 10 minutos seja o tempo adequado para um programa. Além disso, o programa deve tratar de apenas um tema, que deve estar inserido em um contexto.

5- Considerações Finais

As ações educacionais de acesso livre do Portal EaD/STJ, compreendidas como recursos educacionais abertos, são exemplos de gestão do conhecimento existentes no Tribunal e contribuem para compartilhamento na internet de conhecimentos gerados em ambiente colaborativo pelo seu capital humano.

São ações que cumprem diferentes funções, a saber: a) registro e divulgação de conhecimentos que contribuem para o aprimoramento de competências dos servidores do STJ e reforçam o comprometimento com o valor institucional *aprendizagem contínua*; b) divulgação das ações formais de educação corporativa perpetradas pela SGP, sejam cursos presenciais ou a distância; c) estímulo ao hábito de frequentar o Portal EaD/STJ em busca de conteúdos novos, independentemente de ser aluno matriculado em curso a distância; e d) maior aproveitamento da plataforma Moodle como ambiente virtual de aprendizagem.

Um dos desafios que se delineia para os quatro projetos descritos é o planejamento de estratégias formais de divulgação, seja para os repositórios digitais, seja para o lançamento de cada nova edição. Tais estratégias são relevantes, pois impactam positivamente na quantidade de acessos registrados em cada ação de acesso livre e podem atestar a sua relevância.

Outro desafio é o desenvolvimento do repositório *Baú de Banners,* do projeto *Janelas do Conhecimento,* que envolve o uso de conhecimentos avançados em linguagem de programação e está sendo desenvolvido em colaboração com servidores especializados da Secretaria de Informática do STJ.

Referências Bibliográficas

BATISTA, F. F. *Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão*. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/754>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

BERLIN Declaration on Open Access do Knowledge in the Sciences and Humanities. Disponível em: <http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

LITTO, F. M. *Aprendizagem a distância.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MÜLLER, C. C. Recursos educacionais abertos e formação continuada de agentes públicos. In: LITTO, F.M. e FORMIGA, M. (orgs.) *Educação a Distância: o estado da arte, Vol 2*. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.